

SUMÁRIO

BREVE APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES E DOS AUTORES	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO DE DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....	21
APRESENTAÇÃO DA OBRA	25
PARTE I - DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E REGULAÇÃO	35
O PAPEL DO REGULAMENTO NO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA SANCIONATÓRIA	37
<i>Carlos Ari Sundfeld</i>	
<i>Jacinto Arruda Câmara</i>	
1. O dever regulamentar para aplicação de sanções	37
2. Os acordos substitutivos e o papel do regulamento	40
Referências.....	48
AUTORREGULAÇÃO NAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS: PREVISÕES E PUNIÇÕES	51
<i>André Saddy</i>	
<i>Ketlyn Gonçalves Fernandes</i>	
Introdução	51
1. Atividade administrativa regulatória.....	53
2. Autorregulação.....	56
3. Autorregulação pública/estatal realizada por empresas estatais federais.....	59
4. Sanções previstas nos códigos de autorregulação das empresas estatais federais	74
Conclusões	93
Referências.....	95
COMPETÊNCIAS NORMATIVAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS EM MATÉRIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....	97
<i>Vladimir da Rocha França</i>	
Introdução	97

1. A competência normativa das agências reguladoras.	100
2. A competência sancionatória das agências reguladoras.	107
3. Garantias fundamentais dos administrados perante os regulamentos sancionadores das agências reguladoras.....	109
Considerações Finais	111
Referências.....	112

O CONCEITO DE REGULAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS
PRÁTICOS

Flavine Meghy Metne Mendes

Introdução	117
1. Um panorama contemporâneo da literatura sobre regulação.....	122
Considerações finais	135
Referências.....	137

SANÇÃO, ATUAÇÃO ESTATAL E CULPABILIDADE: UMA
PERSPECTIVA SOBRE DOLO, CULPA E MEDIDA NAS
INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Diogo Alves Verri Garcia de Souza

Considerações Iniciais	141
1. Culpabilidade e responsabilidade: a reprovação por desconformidade normativa.....	143
2. O significado de culpabilidade penal e o seu transporte para a culpabilidade administrativa	154
3. As funções ou sentidos da culpabilidade em Direito Administrativo e a objetivação da responsabilidade.....	163
3.1. As conformações em estruturas exíguas e a proteção ampla pelo sistema jurídico	171
3.2. Culpabilidade administrativa como quantum, pressuposto e elemento analítico: a experimentação na Lei.....	175
3.3. Infrações objetivas: uma tentativa de localizar o cerne do debate.....	182
4. O risco da transposição irrefletida de elementos penais para a culpabilidade administrativa	185
Considerações Finais	189
Referências.....	192

**DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR
REGULATÓRIO NO BRASIL BREVE PANORAMA E SEUS
DESAFIOS. 197**

José Roberto Pimenta Oliveira
Dinorá Adelaide Musetti Grotti

Introdução	197
1. Regulação.....	201
2. Regulação e potestades administrativas sancionadoras.....	208
3. Lei Geral de Agências Reguladoras Federais e DAS Regulatório.....	224
Conclusões	235
Referências.....	236

**DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: UM OLHAR
PRAGMÁTICO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA
ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO 243**

Alice Voronoff

1. Direito administrativo sancionador no Brasil: expansão acelerada e os desafios que se colocam.	243
2. Análise econômica do direito, pragmatismo e direito administrativo sancionador.	249
3. Um olhar para o direito administrativo sancionador a partir das contribuições da Escola de Chicago.	254
3.1. A importância da lógica de incentivos econômicos. Afinal, o que move o administrado?	254
3.2. O exercício da competência sancionatória à luz das contribuições da Escola de Chicago: algumas reflexões.	258
4. Um olhar para o direito administrativo sancionador a partir das contribuições da Escola de Virgínia	262
4.1. A teoria da escolha pública. Afinal, o que move o agente público?.....	262
4.2 Public choice e o exercício do poder punitivo pela Administração: algumas reflexões.....	268
Considerações Finais	270
Referências.....	275

AS NULIDADES NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR: UM PANORAMA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS	279
<i>Karina Houat Harb</i>	
<i>Gabriel Vinícius Carmona Gonçalves</i>	
1. Considerações Introdutórias.....	279
2. Apontamentos gerais sobre a teoria das nulidades no direito administrativo sancionador.	281
3. O processo administrativo sancionador nas agências reguladoras federais e as formas de tratamento das nulidades.	295
4. Levantamento das decisões do Poder Judiciário sobre as nulidades na atividade sancionatórias das agências reguladoras federais.....	302
Considerações Finais	305
Referências.....	307
PARTE II - EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS DE SANÇÕES E ACORDOS EM REGULAÇÃO.....	309
CONSENSUALIDADE ADMINISTRATIVA NA REGULAÇÃO:.....	311
<i>Juliana Bonacorsi de Palma</i>	
<i>Floriano de Azevedo Marques Neto</i>	
Introdução: uma nova fase para a consensualidade administrativa no Brasil.....	311
1. A Resolução ANATEL n.º 629/2013.....	315
1.1. Construção da consensualidade no âmbito da ANATEL	315
1.2. O TAC no âmbito da ANATEL: principais características e regime jurídico	321
2. Em busca da celebração do primeiro acordo substitutivo no setor de telecomunicações	332
3. O TAC da TIM.....	334
Considerações Finais	344
Referências.....	345
A LEI DE AGÊNCIAS REGULADORAS E SUAS PERSPECTIVAS AO PROCESSO SANCIONADOR.....	347

Leticia Lins de Alencar

Mário Saadi

Introdução	347
1. 1º Eixo – Processo de elaboração ou revisão de atos normativos.....	349
2. 2º Eixo – Incentivo para a realização de acordos administrativos substitutivos de sanção.....	353
3. 3º Eixo - Fixação de parâmetros a serem observados em suas decisões administrativas.....	358
4. 4º Eixo - Incentivo à cooperação e interação entre a agência e outros órgãos e entidades	362
Considerações Finais	365
Referências.....	366

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO

SANCIONADOR:	369
--------------------	-----

João Pedro de Araújo Pereira

Vinícius Dos Santos Silva

Valter Shuenquener de Araújo

Introdução	369
1. As principais escolas econômicas clássicas.....	371
1.1 Escola Liberal Clássica.....	371
1.2. Escola Marxista.....	373
1.3. Escola Keynesiana	375
1.4. Escola Liberal de Chicago	377
2. Interseção entre Economia e Direito: Análise Econômica do Direito	379
2.1. Richard Posner	379
2.2. Guido Calabresi	382
2.3. Richard Thaler e Cass Sunstein e a Economia Comportamental do Nudge.....	384
3. A Análise Econômica do Direito Administrativo Sancionador em uma perspectiva empírica	387
3.1. Breves justificativas metodológicas e apresentação dos parâmetros para análise.....	387
3.2. Exposição e análise dos dados da pesquisa.....	388
Conclusão.....	391
Referências.....	393

O EMPREGO DE SANÇÕES PREMIAIS NA REGULAÇÃO
URBANÍSTICA..... 395

Paulo Vinicius Liebl Fernandes

Introdução	395
1. Função promocional do direito, técnicas de encorajamento e sanções premiais	397
2. A formação do direito urbanístico e a sua constituição inicial como um regime jurídico protetivo-repressivo.....	404
3. As mudanças promovidas pelo Estatuto da Cidade no regime jurídico-urbanístico brasileiro e os seus reflexos na regulação urbanística.....	409
4. Hipóteses de constituição de sanções premiais na regulação urbanística.....	413
Conclusão.....	421
Referências.....	423

PANORAMA SOBRE A APLICAÇÃO DE PENALIDADES
ADMINISTRATIVAS EM PROCESSOS SANCIONADORES NO
MERCADO DE CAPITAIS

Rodrigo Garrido Dias

Introdução	425
1. Metodologia utilizada na coleta dos dados	426
2. Processos Julgados pelo Colegiado da CVM.....	431
3. Processos Julgados pelo CRSFN	441
Considerações finais	447
Referências.....	448

SANÇÃO PECUNIÁRIA AMBIENTAL: UM OLHAR
PRAGMÁTICO A PARTIR DO DERRAMAMENTO DE ÓLEO
EM ÁGUAS NACIONAIS..... 451

Roberto Tadao Magami

Victor Carvalho Pessoa de Barros e Silva

Introdução	451
1. Contextualização do tema: Breves considerações sobre as sanções administrativas pecuniárias e o meio ambiente	453
2. O derramamento de óleo em águas nacionais e o pragmatismo.....	458

3. A sanção pecuniária ambiental como punição ao derramamento de óleo.....	463
3.1. Unicidade do poder estatal e separação de funções.....	463
3.2. Princípios atrelados à sanção pecuniária ambiental: proporcionalidade, precaução e prevenção.....	468
3.3. Percepções sobre os valores legais e a forma que se encontram em vigor.....	472
Considerações Finais.....	477
Referências.....	480

INGRESSO DE TERCEIRO NO PROCESSO SANCIONADOR COMO MEIO DE CAPTURA REGULATÓRIA..... 483

Rebecca Féo de Oliveira

Introdução.....	483
1. Situação problema.....	485
2. Captura regulatória.....	486
3. Terceiro interessado no processo sancionador.....	489
4. Interesse na punição alheia.....	493
5. Propósito de colaborar e o <i>amicus curiae</i>	497
Conclusão.....	501
Referências.....	503

PARTE III - DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR, REGULAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS..... 505

SANÇÃO CONTRATUAL SEM CONTRATO?..... 507

André Cyrino

Anna Cintia Rocha Ximenes de Mendonça

Thais Ramos Estrella Branco

Introdução.....	507
1. Premissas do direito administrativo sancionador: a legalidade e a tipicidade.....	509
2. A aplicação das sanções contratuais aos ajustes não formalizados com a Administração.....	514
3. A perplexidade da questão: lacuna de regulação.....	525
Conclusão.....	527
Referências.....	528

AS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA REGULAÇÃO POR CONTRATO.....	531
<i>Renato Toledo</i>	
Introdução	531
1. Os contratos como instrumentos de regulação.....	532
2. As sanções administrativas nos contratos da Administração Pública.....	538
2.1. A construção do contrato administrativo sob a lógica do regime exorbitante.....	538
2.2. As repercussões da noção de exorbitância sobre a compreensão atual das sanções administrativas no âmbito dos contratos da Administração Pública.....	541
3. Propostas de recompreensão das sanções da Administração Pública nos contratos administrativos: levando a natureza contratual a sério	545
3.1. O mito das sanções contratuais como cláusulas exorbitantes do direito comum	545
3.2. As peculiaridades da regulação por contratos que recomendam uma revisão teórica: a gestão da parceria para além da gestão pública.....	550
3.3. Duas propostas hermenêuticas: sanções como instrumentos de gestão nos contratos administrativos e a preferência das sanções contratuais sobre sanções gerais	553
Referências.....	557
SANÇÕES LICITATÓRIAS E A NOVA LEI DE LICITAÇÕES	563
<i>André Ribeiro Tosta</i>	
Introdução	563
1. Contextualizando as sanções licitatórias.....	564
2. Sanções licitatórias na nova lei de licitações.....	572
3. Sanções como ferramentas de governança processual.....	575
4. Riscos das sanções licitatórias.	582
Conclusão.....	586
Referências.....	586
O DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR E OS CONTRATOS DE CONCESSÃO	591

Laís Ribeiro de Senna
Roberto Tadao Magami Junior

Introdução	591
1. Direito Administrativo Sancionador: o direito de punir da Administração Pública	591
2. O serviço público concedido ao particular e seu regime sancionador.	594
2.1 A Lei de Concessões n.º 8.987/95.	595
2.2. A Lei de Contratos Administrativos n.º 8.666/93 e sua aplicação subsidiária aos contratos de concessão	597
2.3. Aplicação das sanções nos atuais contratos de concessão: o exemplo das rodovias.....	603
2.3.1. A terceira etapa do Procofe e as sanções por descumprimento.....	604
2.3.2. O caso da linha amarela, no Rio de Janeiro, e a encampação contratual.....	610
Conclusão.....	617
Referências.....	619

O PROBLEMA DA PROPORCIONALIDADE NAS INFRAÇÕES E SANÇÕES REGULATÓRIAS CONTRATUAIS..... 621

Letícia Queiroz de Andrade
Juliana Moitas Nogueira de Menezes

1. As infrações e sanções regulatórias contratuais.....	621
1.1. Peculiaridades das infrações e sanções regulatórias contratuais decorrentes do respectivo regime de sujeição e sua correlação com o princípio da legalidade.....	622
1.2. Peculiaridades das sanções regulatórias contratuais decorrentes de aspectos relacionados ao regime das concessões, permissões e autorizações operativas.	633
1.3. A ADI n.º 5906 e o debate em torno dos fundamentos, legitimação, finalidade e limites do poder sancionador regulatório.....	637
2. A proporcionalidade das sanções regulatórias contratuais.....	640
2.1. O princípio da proporcionalidade como norte e limite da atividade sancionadora da Administração.	640
2.2. O problema da proporcionalidade nas sanções regulatórias contratuais e seu controle.....	645

2.2.1. Tipificação das sanções.....	650
a. Adequação.....	650
b. Necessidade.....	653
c. Proporcionalidade em sentido estrito.....	654
2.2.2. Dosimetria das sanções.....	655
a. Adequação.....	655
b. Necessidade.....	656
c. Proporcionalidade em sentido estrito.....	657
2.2.3. Processo de imposição das sanções.....	658
a. Adequação.....	658
b. Necessidade.....	659
Referências.....	660